(Lei Estadual nº. 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº. 3.452 de 16 de outubro de 2009) CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, nº. 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000 www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

LEI COMPLEMENTAR Nº 447, DE 31 DE OUTUBRO DE 2025.

"Dispõe sobre o programa de Desenvolvimento Socioeconômico do Município da Estância Turística de Tremembé e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

CAPÍTULO I DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

ARTIGO 1º - Fica criado o Programa de Desenvolvimento Socioeconômico do Município da Estância Turística de Tremembé.

ARTIGO 2º - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a conceder incentivos fiscais a empresas que vierem a se instalar no Município de Tremembé, ou para as já instaladas com projetos de ampliação.

PARÁGRAFO ÚNICO — Considera-se ampliação da empresa o aumento de investimentos que resultem no incremento de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor adicionado do ICMS, bem como a criação de 50% (cinquenta por cento) de novos empregos.

ARTIGO 3° - Para os efeitos desta lei, consideram-se empresa:

I - indústrias;

II - comerciais atacadistas;

III - prestadoras de serviços; e

IV - empreendimentos imobiliários voltados exclusivamente à implantação de loteamentos e condomínios industriais ou empresariais.

ARTIGO 4° - A política de desenvolvimento socioeconômico, de que trata a presente lei, tem por objetivo a incrementação da receita, bem como o aumento de empregos.

ARTIGO 5° - São considerados incentivos fiscais a isenção de:

Expediente e emolumentos;

Taxa de licença para execução de obras particulares;

III – Taxa de licença para funcionamento;

Taxa de licença para localização;

Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU;

VI – Taxa de remoção de lixo;

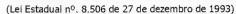
VII – Taxa de publicidade;

VIII – Imposto Sobre a transmissão "Inter Vivos" – ISTI.

§ 1º - As isenções, de que trata o presente artigo, serão concedidas às empresas que atenderem aos requisitos e condições previstas nesta Lei, cujo prazo poderá ser de até 20 (vinte) anos.



f Mant





"PACO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº. 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, nº. 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

§ 2º - Sem prejuízo das isenções previstas neste artigo, considera também benefício fiscal a adoção de alíquota mínima para o ISSQN — Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

CAPÍTULO II DAS CONDIÇÕES

Seção I Dos Requisitos

- **ARTIGO 6° -** A empresa interessada em aderir ao Programa de Desenvolvimento Socioeconômico deverá preencher os seguintes requisitos:
- I possuir personalidade jurídica e habilitação para o exercício de suas atividades;
- II estar em situação regular com as receitas federal, estadual e municipal;
- III gerar no mínimo 10 empregos diretos nos casos de instalação ou, sendo ampliação, aumentar em 50% (cinquenta por cento) o número dos postos de trabalho;
- IV possuir, quando for o caso, programa de efetivo controle de emissão de poluentes, respeitadas as disposições contidas nos artigos 225 e 226 da Lei Orgânica do Município;
- **V** atingir faturamento bruto mínimo mensal a ser estipulado por decreto regulamentador da presente Lei.

Seção II Do Procedimento e Critérios

- **ARTIGO 7º -** Os pedidos dos incentivos fiscais deverão ser feitos ao Prefeito Municipal e analisados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Assuntos Jurídicos e Cidadania, Secretaria de Finanças e Secretaria de Obras Públicas e Serviços Urbanos, levando-se em consideração os seguintes critérios:
- I equilíbrio econômico-financeiro do empreendimento;
- II o número de emprego gerado;
- III previsão de arrecadação tributária, especialmente do ICMS Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação; e
- **IV** impacto ambiental, quando for o caso.
- **ARTIGO 8° -** O requerimento deverá ser instruído com os seguintes documentos:
- I ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado;
- II comprovante de inscrição no CNPJ Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- III comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal;
- IV certidões negativas da Fazenda Federal, Estadual e Municipal;
- **V** comprovante de regularidade com a Seguridade Social e com o FGTS Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- **VI** balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social que comprovem a boa situação financeira da empresa;
- **VII** cronograma físico-financeiro do empreendimento.



Mout





"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº. 3.452 de 16 de outubro de 2009) CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, nº. 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000 www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

ARTIGO 9° - A concessão das isenções fiscais previstas nos incisos I, II, III, IV, V, VI e VII do artigo 5° terão duração de até 20 (vinte) anos, obedecendo a seguinte escala de pontuação:

I – faturamento mensal:

a)	até 5.000,00 UFESP	= 05 pontos
b)	de 5.0000,01 a 10.000,00 UFESP	= 10 pontos
c)	de 10.000,01 a 20.000,00 UFESP	= 15 pontos
d)	de 20.000,01 a 30.000,00 UFESP	= 20 pontos
e)	acima de 30.000.01 UFESP	= 30 pontos

II – valor do investimento:

a)	até 20.000,00 UFESP	= 05 pontos
b)	de 20.000,01 a 50.000,00 UFESP	= 10 pontos
c)	de 50.000,01 a 80.000,00 UFESP	= 15 pontos
d)	de 80.000,01 a 120.000,00 UFESP	= 20 pontos
e)	acima de 120.000,01 UFESP	= 30 pontos

III – geração de empregos:

- a) de 10 a 50 = 10 pontos;
- **b)** de 51 a 100 = 15 pontos;
- **c)** de 101 a 150 = 20 pontos;
- d) acima de 150 = 40 pontos.

ARTIGO 10 - A vigência da isenção tributária será de até 20 (vinte) anos, obedecendo-se a seguinte escala de pontos:

```
    I - de 05 a 30 pontos = 05 anos;
    II - de 31 a 45 pontos = 10 anos;
    III - de 46 a 60 pontos = 15 anos;
    IV - de 61 a 100 pontos = 20 anos.
```

- § 1º Será, anualmente, avaliado o desempenho da empresa beneficiada e, conforme o caso, poder-se-á aplicar a redução ou a ampliação da vigência da isenção tributária até o limite previsto no caput deste artigo.
- § 2º A avaliação de desempenho anual da empresa beneficiada pode ser dispensada, a critério da comissão de avaliação, na ocorrência de caso fortuito, fato do principee/ou força maior.

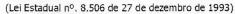
CAPÍTULO III DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN

ARTIGO 11 - Em relação ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, será adotada a alíquota mínima de 2,00% (dois por cento) às empresas de que trata a presente Lei.











"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº. 3.452 de 16 de outubro de 2009) CNPJ 46.638.714/0001-20 Setembro, nº. 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000

Rua 7 de Setembro, nº. 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000 www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

CAPÍTULO IV DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO "*INTER VIVOS'* – ISTI

ARTIGO 12 – Terão direito à isenção do Imposto Sobre a Transmissão "*Inter Vivos*", sem prejuízo dos demais benefícios fiscais previstos nesta Lei, as empresas do setor imobiliário que vierem a implantar condomínios ou loteamentos com fins exclusivamente industriais ou empresariais.

PARÁGRAFO ÚNICO - A isenção total do Imposto Sobre a Transmissão "*Inter-Vivos*" – ISTI será por uma única vez para as operações de compra e venda de lotes situados nos loteamentos ou condomínios industriais ou empresariais.

ARTIGO 13 – Além dos documentos previstos no artigo 8° desta Lei, a empresa, para os fins do artigo 12, deverá apresentar:

- I- plano de mercado com a demonstração da viabilidade comercial do empreendimento proposto;
- II- prognóstico de investimento dos recursos financeiros;
- III- demonstração do capital social devidamente integralizado;
- IV- demonstração do balanço financeiro dos últimos três anos;
- V- projeto do empreendimento proposto e certidão de matrícula do imóvel atualizada;
- VI- cronograma físico-financeiro das obras civis;
- **VII-** cópia do contrato social com todas as alterações, com o devido registro na junta comercial.

ARTIGO 14 — Perderá os benefícios previstos, a empresa que não concluir a execução das obras do loteamento ou condomínio dentro do prazo previsto na legislação pertinente em vigor.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 15 — Os processos administrativos que tiverem por objeto pedido dos incentivos de que trata a presente Lei terão prioridade de tramitação.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para a concessão dos objetivos desta Lei, o Prefeito Municipal nomeará uma Comissão de Avaliação.

ARTIGO 16 — Os benefícios previstos nesta Lei serão concedidos por despacho fundamentado do Prefeito Municipal, observando-se o disposto no artigo 7°.

ARTIGO 17 — As despesas com a execução desta Lei serão consignadas em dotação própria e específica nas leis orçamentárias anuais de cada exercício financeiro, suplementadas se necessário.

ARTIGO 18 – Os efeitos desta Lei passam a integrar o Plano Plurianual.



3

Must



(Lei Estadual nº. 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal n° . 3.452 de 16 de outubro de 2009) CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, nº. 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000 www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

ARTIGO 19 – Esta Lei será regulamentada no que couber.

ARTIGO 20 – Ficam revogadas em todos os seus termos a Lei Complementar nº 253, de 21 de fevereiro de 2013, e as suas respectivas alterações.

ARTIGO 21 - Esta Lei Complementar entrará em vigência na data da sua publicação. Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 31 de outubro de 2025.

CLEMENTE ANTONIO DE LIMA NETO

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 31 de outubro de 2025.

ELIANA MARIA NEVES DE LIMA Coordenadora dos Serviços de Secretaria

